

Ano X	Volume X	Nº 20	Janeiro/Junho 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

A ideia de anarquia nas Relações Internacionais e o conceito de Anarquia em Morgenthau

Ricardo Luigi¹

Resumo

A ideia de anarquia é bastante presente nas relações internacionais, embora muitas vezes seja ignorada a conexão entre sua origem e o anarquismo como sistema de pensamento/ filosofia política/ movimento político. Desde o primeiro grande debate das relações internacionais que o conceito de anarquia consolidou-se, referindo-se à falta de autoridade superior aos Estados na ordem internacional. Na trajetória da disciplina, Morgenthau foi um grande contribuinte para o fortalecimento do conceito de anarquia nas Relações Internacionais. Muitas das discussões atuais nessa área de conhecimento questionam se a globalização não pode forçar um abandono da ideia de anarquia em favor de uma ideia de governança global.

Palavras-chave: Anarquia, Relações Internacionais, Morgenthau, Sistema Internacional

Abstract

The idea of anarchy is very present in the international relations, although the connection between its origin and the Anarchism as a mindset/political philosophy/political movement is in many times ignored. The concept of anarchy was consolidated in the first great international relations debate, referring to the lack of authority superior to the States in the world order. In the history of the discipline, Morgenthau was a great contributor to the strengthening of this concept. Many of the present discussions in this area have been arguing if the globalization itself wouldn't force the concept of anarchy to be neglected in favor of an idea of global governance.

Keywords: Anarchy, Anarchism, International, Morgenthau, International System

¹ Diretor do CENEGRI. Doutorando em Geografia pela UNICAMP.
Recebido em 30/12/2013. Aprovado para publicação em 03/02/2014.

Ano X	Volume X	Nº 20	Janeiro/Junho 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

INTRODUÇÃO

Desde a escola inglesa, com Hedley Bull e seu seminal “A Sociedade Anárquica”, de 1977, até, mais recentemente, o construtivista Alexander Wendt e seu “Social Theory of International Politics”, grande parte dos estudiosos de Relações Internacionais utiliza o conceito de anarquia para explicar o caráter “desgovernado” do Sistema Internacional, ou seja, com a ausência de uma autoridade central.

É como se a ideia de anarquia se desdobrasse em duas: em âmbito nacional, está o anarquismo clássico, o anarquismo como concepção político-ideológica, a filosofia anarquista. Em âmbito internacional fez-se uma analogia do anarquismo, trazendo a ideia de anarquia para o sistema internacional.

A anarquia nas relações internacionais é, portanto, um conceito que considera a ordem mundial sem uma liderança global: não existe um governo com soberania universal no mundo. Não há, portanto, hierarquicamente um poder coercitivo para resolver litígios, fazer valer a lei, ou a ordem do sistema, como existe na política interna. A anarquia é amplamente aceita como o ponto de partida para a Teoria das Relações Internacionais.

Edward Carr, ao anunciar o **primeiro grande debate** das Relações Internacionais entre idealistas e realistas, delineou uma linha de pensamento que se consolidou com a obra de Hans Morgenthau, A Política entre as Nações, de 1948. Nessa obra se sedimenta o conceito de anarquia como princípio de algumas escolas das Relações Internacionais.

Enquanto alguns cientistas políticos usam o termo “anarquia” para se referir a um mundo em caos, em conflito, ou como sinônimo de um mundo menos ordenado, outros a veem simplesmente como um reflexo do fim do sistema internacional: Estados independentes com nenhuma autoridade central acima deles.

O conceito de anarquia é a base para o realismo, liberalismo, neorealismo e teorias neoliberais das Relações Internacionais. Pretende-se, nesse trabalho, fazer um balanço do anarquismo como filosofia política e demonstrar de que forma isso pode influenciar as Relações Internacionais, esclarecendo essa analogia aplicada à ideia de anarquia no Sistema Internacional.

O QUE É O ANARQUISMO?

A palavra anarquia vem do grego e significa “sem governante”, sendo assim esta palavra, segundo Woodcock (2002, p. 08) “pode ser usada para expressar tanto a condição negativa de ausência de governo, quanto a condição positiva de não haver governo por ser ele desnecessário à preservação da ordem”. Outra explicação histórica do termo é dada por Leuenroth (1963, p. 47) segundo este na Grécia, por volta do ano de 478 A.c., existiu um homem chamado Arquias, que escravizava e barbarizava o povo. Este, em oposição aos seus métodos se reuniu para protestar contra ele. Os integrantes desse movimento de contestação foram chamados de An-Arquias, já que o prefixo “An” significa negação (“não/sem”) na língua grega.

No entanto, a melhor definição e explicação sobre o que é o anarquismo vem de um dos seus maiores pensadores. Kropotkin (1885, p.35) define anarquismo como:

Ano X	Volume X	Nº 20	Janeiro/Junho 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

É o nome dado ao princípio ou teoria de vida e conduta em que a sociedade é concebida sem governo -- a harmonia em tal sociedade é obtida, não pela submissão a leis, ou pela obediência a alguma autoridade, mas pela livre concordância estabelecida entre vários grupos, territoriais e profissionais, livremente constituídos em favor da produção e do consumo, e também para a satisfação da infinita variedade de necessidades e aspirações de um ser civilizado. Em uma sociedade desenvolvida nessas linhas, as associações voluntárias que estarão presentes em todos os campos da atividade humana se estenderão de tal forma que substituirão o estado em todas suas funções. Elas constituirão uma rede composta por uma variedade infinita de grupos e federações de todos os tamanhos e graus, locais, regionais, nacionais e internacionais temporárias ou mais ou menos permanentes - para todos os possíveis propósitos: produção, consumo e troca, comunicações, arranjos sanitários, educação, proteção mútua, defesa do território, e assim por diante; e, por outro lado, para a satisfação de um número crescente de necessidades científicas, artísticas, literárias e sociais.

O anarquismo como movimento, segundo Fausto (1977, p. 63) é caracterizado como:

(...) sistema de pensamento social visando as modificações fundamentais na estrutura da sociedade, com o objetivo de substituir a autoridade do Estado por alguma forma de cooperação não governamental entre indivíduos livres.

Segundo Woodcock (2002) embora Gerard Winstanley (1649) e William Godwin (1793) tenham sido os pioneiros na exposição da filosofia do anarquismo nos séculos XVII e XVIII, foi apenas na segunda metade do século XIX que o anarquismo emergiu como uma teoria coerente, com uma sistemática e um programa desenvolvido. Este trabalho foi iniciado primeiramente por quatro pensadores, um alemão, Max Stirner (1806-1856), um francês, Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), e dois russos, Michael Bakunin (1814-1876) e Piotr Kropotkin (1842-1921).

O movimento anarquista possui três variantes mais conhecidas: o coletivismo, o anarco-comunismo, e o anarco-sindicalismo. O coletivismo substitui a propriedade individual pela ideia de propriedade gerida por instituições voluntárias, que dariam a cada operário o direito sobre o produto de seu trabalho. O anarco-comunismo tem como lema: "De cada um, de acordo com seus meios; a cada um de acordo com suas necessidades" (WOODCOCK, 2002, p.21) e os anarco-sindicalistas dão valor aos sindicatos de classes como instrumento revolucionário, tendo na greve sua mais poderosa arma de luta para a construção de uma sociedade livre.

As várias teorias apresentadas não são, contudo, mutuamente excludentes: elas se interligam de muitas maneiras, e algumas partes se referem à diferentes níveis da vida social.

Ano X	Volume X	Nº 20	Janeiro/Junho 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

No entanto, dentro do pensamento anarquista existem divergências entre as teorias apresentadas nas linhas anteriores. Essas divergências referem-se, essencialmente, à maneira de como atingir seus objetivos. Tais tendências são representadas por seus defensores, os quais são considerados por Woodcock (2002) como os maiores pensadores do anarquismo, a saber: Tolstói, Godwin, Proudhon e Kropotkin. Segundo este, vem deles as principais divergências do anarquismo onde Tolstói não admitia a violência; Godwin procurava alcançar a mudança através da palavra; Proudhon acreditava que a proliferação pacífica de organizações cooperativas os levaria a vitória; e, somente Kropotkin aceitava a violência, mesmo assim com relutância, pois via nela uma ação inevitável para aqueles que buscavam uma revolução social.

As ideias anarquistas naturalmente não pararam de se desenvolver, nem tampouco elas foram produto de apenas quatro homens. O anarquismo, embora pareça para o “grande público” ter ficado circunscrito a um certo período histórico, é uma teoria que continua sendo retrabalhada, com muitos ativistas e pensadores contemporâneos e diferentes uns dos outros.

Atualmente, os ideais anarquistas, mais próximos do libertarismo, encontram-se presentes nas obras de Robert Nozick, Herbert Read, Daniel Guérin, Murray Bookchin, Noam Chomsky e Paul Goodman, entre outros.

ARGUMENTOS ANARQUISTAS CONTRA O ESTADO

O anarquista defende a abolição do Estado, porque, para ele, o Estado (seja ele democrático ou não) é incompatível com a realização de cada indivíduo, ao impor-lhe punições e castigos por vezes severos pelo não cumprimento ou respeito por um conjunto de determinadas regras. Um democrata poderia contrapor afirmando que é necessário o castigo pelo não cumprimento das regras estabelecidas pela sociedade, caso contrário, qualquer indivíduo podia fazer aquilo que bem lhe apetecesse, como “matar”, “roubar”, “violar” sem ser por isso punido, tornando-se assim uma sociedade caótica.

O anarquista responderia ao democrata afirmando que isso não sucederia, porque para o anarquista, o indivíduo vive em paz e em harmonia com os outros sem Estado e, nesse sentido, vive substancialmente melhor do que com um Estado que permanentemente coage o indivíduo (verifica-se que anarquismo não se identifica com individualismo, porque para o anarquista, o indivíduo consegue viver em harmonia com os outros em sociedade). Verificamos assim que o anarquista possui uma concepção positiva da natureza humana: o Homem não é mau, mas é antes um ser naturalmente bom.

Para o anarquista, o Homem é por natureza um ser livre e responsável, consciente dos seus deveres e das suas responsabilidades perante os outros e perante si mesmo, que tem a capacidade de dar princípios a si próprio, sem ter que necessariamente obedecer a ordens ou princípios exteriores que limitam a sua liberdade natural e o mantêm numa situação de menoridade. Verifica-se assim na concepção anarquista, uma valorização da autonomia do indivíduo e uma condenação de tudo aquilo que seja contrário a essa valorização.

Os Estados, para os anarquistas, seriam então (SYLVAN, 1995, p.271) instituições sem justificação, pois seriam dispositivos para canalizar privilégios e riqueza para certas minorias com ligações com o poder; seriam indesejáveis e responsáveis pela consolidação das desigualdades; seriam mecanismos para a proteção da propriedade, riqueza e privilégio; exerceriam pressão para a uniformidade, tendendo a eliminar a pluralidade e as diferenças culturais; estariam sempre defendendo os valores nacionais acima de tudo; seriam a principal

Ano X	Volume X	Nº 20	Janeiro/Junho 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

fonte das grandes guerras, ao tentarem se expandir ou proteger seu território. Nesse sentido, configurariam-se como um obstáculo sério a uma ordem internacional mais satisfatória.

Entretanto, por mais que haja exigências para a redução do Estado “canceroso”, para os anarquistas existem dois problemas: nunca se reduz completamente o papel do Estado a zero e, quando isso se realiza, retiram-se as redes de segurança sociais em vez das redes de apoio às empresas. Os anarquistas lembram, ainda que, ao contrário do que dizem os contratualistas, os Estados modernos não surgiram de forma natural (contratual), mas foram impostos pela conquista e pela colonização. E que, sobre as inevitáveis funções do Estado (fornecer bens públicos, preservar a ordem pública): há uma falácia. Existe uma falsa dicotomia entre público, privado, como se o público dependesse do Estado. Para os anarquistas, a coisa pública pode ser gerida por organizações instituídas pela sociedade.

Agora que as ideias do anarquismo político foram esclarecidas, é preciso compreender suas semelhanças e suas dissociações em relação ao conceito de anarquia no sistema jurídico-político internacional, que é um dos pressupostos fundamentais, das Teorias das Relações Internacionais.

A IDEIA DE ANARQUIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A ordem internacional é anárquica. Os estudiosos das Relações Internacionais tomaram a descrição de Hobbes de anarquia interna e usaram um dispositivo chamado analogia para descrever o sistema internacional. Esta "assunção de anarquia" nas Relações Internacionais tem produzido, com certeza, teorias sofisticadas sobre a política mundial. A Anarquia como um descritor de uma estrutura global profunda informou todos os grandes paradigmas de RI, e as principais tentativas recentes de ampliar esses paradigmas têm tomado tanto o pressuposto de anarquia quanto analogia doméstica para concedido (LA ROCHE, GUTHRIE, 2013).

"Anarquia" em RI pode ser então entendida na lógica que os Estados são os atores internacionais mais importantes, porque não existe autoridade acima deles. Considerando que indivíduos dentro de um Estado devem obedecer à lei da terra para não serem responsabilizados pela autoridade coercitiva nacional, os Estados no sistema internacional são soberanos só para baixo, e não para cima. Como John Mearsheimer coloca: anarquia é um princípio de ordem, que diz que o sistema compromete Estados independentes que têm nenhuma autoridade central acima deles. Soberania, em outras palavras, é inerente aos Estados porque não há corpo superior dominante no sistema internacional. Não há um 'governo sobre governos (apud LA ROCHE, GUTHRIE, 2013).

Essa imagem de anarquia é hobbesiana, caracteriza que os Estados vivem em guerra permanente, em estado de natureza. Em âmbito interno, existe uma autoridade central para inibir e punir as transgressões. Em âmbito internacional, a anarquia sugeriria a violência (COUTINHO, 2013; LA ROCHE, GUTHRIE, 2013).

Para os anarquistas clássicos, evocando Hedley Bull, a sociedade pode existir na ausência de autoridade, mas eles vão mais longe: um ser humano livre quando ele está liberado das estruturas de coação. Verdadeira sociedade, para os anarquistas, portanto, será alcançada em um estado de apatridia, em que o limite para cima da soberania é deixado em pessoa. Essa ideia conduz a imagem alternativa de anarquia daquela dos teóricos do contrato social: uma teoria positiva do anarquismo em que permite apatridia na ordem social e onde as unidades do

Ano X	Volume X	Nº 20	Janeiro/Junho 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

sistema internacional (em sentido lato, os Estados-Nacionais) são emancipadas a partir dos limites sócio-políticos do Estado coercitivo e estão livres para determinar as condições de contorno da realidade social.

As principais teorias de RI do século passado, com a possível exceção da Escola Inglesa, ignoraram esta imagem negativa de anarquia, possivelmente pela dependência do contratualismo social. O efeito desta analogia doméstica implícita é a confiança dos acadêmicos de RI em uma imagem de anarquia que é realmente carregada de valores. Essa imagem associa anarquia com violência e incerteza, e apela para soluções que estão enraizadas no dever moral do homem para estabelecer a autoridade doméstica (LA ROCHE, GUTHRIE, 2013).

A ideia de anarquia tem sido discutida em diversas correntes das Relações Internacionais.

Para os realistas, apenas balanços de poder podem aliviar temporariamente a outra forma desagradável e brutal de negócios do mundo político. Porque os balanços de poder permitem melhor sobrevivência do Estado, a política mundial torna-se uma função da sobrevivência, dos atos de equilíbrio alcançados através de um equilíbrio usando a autoridade nacional do Estado para aumentar o poder do Estado, ou através de alianças (usando contratos temporários sociais para replicar aspectos limitados de segurança interna). Para os realistas, as fontes de autoridade nacional são quase impossíveis de se recriar em nível internacional, prevalecendo essa imagem de anarquia. (LA ROCHE, GUTHRIE, 2013).

Para os neoliberais, a anarquia hobbesiana e seus dilemas de segurança podem ser transcendidos nas áreas onde os princípios da propriedade e do câmbio-livre permitem que os atores políticos internacionais possam se concentrar em ótimas de Pareto - resultados e ganhos absolutos, e não relativos. A cooperação econômica pode superar problemas de coordenação onde acordo substancial sobre as soluções já existe e onde as instituições internacionais podem ser configuradas para criar expectativas confiáveis. Fora destes regimes lockeanos, no entanto, um estado hobbesiano de guerra persiste (LA ROCHE, GUTHRIE, 2013).

Teóricos da paz democrática e pesquisadores relacionados às comunidades de segurança oferecem, na visão de LA ROCHE & GUTHRIE (2013) a mais promissora abordagem de anarquia em RI. No entanto, eles ainda descrevem um princípio de ordenação global que é fundamentalmente violento. Esses teóricos destacam alianças kantianas e interdependentes entre Estados liberais em que atores internacionais são capazes de estabelecer períodos de paz duradouros. Argumentam, ainda, que mesmo que na teoria de Wendt a anarquia seja perfeitamente adaptável, ainda está presa na camisa de força: Estados como os loci de autoridade - violência legítima - no nível nacional estão agora associados com violência ilegítima, a nível internacional, que encontra como fonte de incerteza a anarquia (LA ROCHE & GUTHRIE, 2013). A anarquia não é mais uma restrição preexistente negativo, mas a estrutura em que a vida internacional é emancipada, a priori, a partir de condições de contorno especificamente violentos.

Para LA ROCHE & GUTHRIE (2013), as teorias anarquistas de como a ordem e a justiça social pode ser estabelecida fora do aparelho do Estado, também podem ajudar estudiosos de RI interessados em continuar a explorar as possibilidades de princípios universais de ética e justiça global, integrando o local e o específico a um debate cosmopolita, de abrangência global.

Em relação às correntes de pensamento das Relações Internacionais, realismo, liberalismo, neoliberalismo e neoliberalismo.

Para o realismo clássico, a anarquia é o princípio ordenador do sistema internacional. Os Estados buscam o poder em ambiente anárquico onde impera a auto-ajuda e que as

Ano X	Volume X	Nº 20	Janeiro/Junho 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

questões da guerra e da paz são dominantes. Para Mearsheimer (2001: p.44-45), a anarquia “é um princípio ordenador, que expressa que o sistema é composto por Estados independentes, que não possuem qualquer autoridade central acima deles”.

Os neorealistas, como Waltz, reafirmam a importância da compreensão de um sistema internacional anárquico, ao considerar a estrutura como elemento central e ordenador do sistema internacional, por isso também chamado de realismo estrutural. A diferença fundamental entre o realismo clássico e o neorealismo está na forma como se encara o poder: enquanto para o primeiro o poder é um elemento em si e por si, para os neorealistas ele está ligado à distribuição das capacidades dos Estados. Para Waltz, a ordem anárquica conduz a um sistema de auto-ajuda que dará estabilidade ao sistema e que levará ao equilíbrio entre os Estados. Nas palavras de Coutinho (2012, p. 121), para os realistas estruturais “o sistema é o que é porque a anarquia o torna assim, independentemente do caráter humano”.

Embora compartilhem com os realistas a ideia de um sistema internacional anárquico, os liberais substituem a ideia de que a anarquia conduz a um sistema internacional conflituoso, pela lógica da cooperação entre os Estados. Os liberais veem uma possibilidade de mudança na falta de ordem anárquica, acreditando que os Estados devem criar essa ordem numa lógica cooperativa. O conteúdo diferente das ideias neoliberais é que as instituições emergem como um ator fundamental, pois “ajudam os Estados a resolverem os problemas e cooperarem” (COUTINHO, 2012, p. 135).

Entre os realistas e os liberais, estabelecendo uma ponte entre essas ideias, encontra-se o construtivismo. Um dos principais autores dessa corrente, Alexander Wendt, cria um elo entre o liberalismo e o realismo, não negando o estado de anarquia entre os Estados, mas afirmando que esta condição pode ser moldada e até mesmo alterada pela identidade e interesses dos atores. Logo, a cooperação e os esforços internacionais podem criar e reforçar ainda mais as identidades coletivas. Como o estado de anarquia é uma estrutura construída e não previamente estabelecida, cabe aos políticos, em última instância, reconhecer o que se deve fazer para amenizá-la, já que “a anarquia, para Wendt, é uma jarra vazia que aceita diferentes tipos de conteúdo” (COUTINHO, 2012, p. 131).

O CONCEITO DE ANARQUIA EM MORGENTHAU

Morgenthau foi um dos organizadores que melhor sistematizou o realismo e sua consequente noção de anarquia. Para entender melhor as ideias do autor, deve-se, em princípio, comentar os seus seis princípios básicos, fundamentais para entender as relações internacionais.

Cada um dos princípios está ligado a uma questão que o autor julgou fundamental. O primeiro princípio versa sobre a objetiva do realismo político enquanto fazer científico. Portanto, seria preciso estudar as leis naturais que regem a sociedade para entender como melhorar a sociedade (MORGENTHAU, 2003, p.4-5). Nogueira; Messari (2005, p.33), ao comentarem esse trecho, definem que “para entender, analisar e lidar com a política, é necessário referir-se à natureza humana (...)”.

O segundo princípio e o terceiro princípio prenunciam a concepção de anarquia. Portanto, serão abordados posteriormente.

O quarto princípio refere-se ao limite dos princípios morais em contraste com os interesses do Estado. Os interesses do Estado não devem conflitar com os princípios morais,

Ano X	Volume X	Nº 20	Janeiro/Junho 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

mas, em última instância, os interesses estatais deverão prevalecer, já que a ética política é uma espécie de entidade autônoma, como defende o autor a dizer que:

Desse modo, o realismo considera que a prudência - a avaliação das consequências decorrentes de ações políticas alternativas - representa a virtude suprema na política. A ética, em abstrato, julga uma ação segundo a conformidade da mesma com a lei moral; a ética política julga uma ação tendo em vista as suas consequências políticas (MORGENTHAU, 2003, p.20-21).

No quinto princípio assevera-se que os princípios morais de uma nação, sejam os valores do bloco soviético ou da sociedade norte-americana, não devem ser aceitos como universais, pois nenhuma visão é a mais verdadeira ou a mais correta. Segundo Morgenthau (2003, p.21), “o realismo político recusa-se a identificar as aspirações morais de uma determinada nação com as leis morais que governam o universo”, não havendo, portanto, nenhum princípio normativo geral.

Já no sexto princípio, Morgenthau retoma a questão da autonomia da esfera política, reafirmando que a política internacional possui suas próprias leis e regras. De certa forma, pode-se dizer que todos os seis princípios de Morgenthau, mesmo que não expressem claramente a questão da autonomia, acabam resvalando nesse aspecto, ao buscarem caracterizar um sistema internacional autônomo, com uma ordenação não hierárquica e com uma esfera de pensamento e de juízo próprios.

“Constitui um aspecto característico de qualquer política, seja ela doméstica ou internacional, que as suas manifestações básicas não tenham a aparência daquilo que realmente são - manifestações de uma luta pelo poder. A verdadeira natureza da política se esconde por trás de justificações e racionalizações ideológicas.” (MORGENTHAU, 2003, p. 173).

Voltamos então aos princípios que tratam do conceito de anarquia. No segundo princípio é tratada a questão dos interesses definidos em termos de poder. Para Morgenthau, “o Estado define o interesse nacional, e este pode ser traduzido em termos de poder” (NOGUEIRA; MEZZARI, 2005, p. 35). Isso diferenciaria a esfera da política como área autônoma de entendimento, distinta de outras esferas “tais como economia (...), ética, estética ou religião” (MORGENTHAU, 2003, p.6-16). Ao definir a esfera da política, aparece a ideia de anarquia, pois a política internacional é apresentada como “dominada por uma extrema desigualdade” entre as nações (MORGENTHAU, 2003, p. 12). O contraste entre o poder das nações e a impossibilidade de se controlar a política internacional, esses dois aspectos geram uma ingovernabilidade nas relações internacionais que conduz à anarquia.

No terceiro princípio tem-se que o interesse definido como poder, objeto do segundo princípio, apesar de universalmente válido, não é imutável. Morgenthau diria que toda a política “é uma luta pelo poder”, e que na arena internacional essa luta “não pode ser tão facilmente domada” (LEBOW, 2007, p. 55).

Morgenthau prefere evitar as concepções muito abrangentes da ordem internacional, e Ronaldo Sardenberg, que prefaciou a última edição do seu livro no Brasil, defende que a

Ano X	Volume X	Nº 20	Janeiro/Junho 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

simples ideia de uma “ordem internacional” já restringiria sua construção intelectual, a não ser que se tratasse de um aspecto de desordem como modelo dominante de organização. Portanto, a anarquia internacional seria como um contraponto a uma ordem internacional. Mas cabe ressaltar que anarquia não significaria necessariamente caos ou ausência completa de ordem mundial, mas falta de governança política, enfim, de uma ordem internacional hierarquizada fundada na autoridade e na subordinação formal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas das discussões atuais em Relações Internacionais discutem a superação das Relações Internacionais dos Estados por uma Ordem Global. Nesse sentido, a densa quantidade de informações trazidas pela Globalização forçaria o campo da disciplina “a abandonar a ideia de anarquia em um sistema de estados por outra de governança dentro da sociedade global” (COUTINHO, 2012, p. 95).

Por mais que o mundo esteja cada vez mais integrado, não há uma autoridade central definida e legítima. Portanto, “a anarquia é um pressuposto ainda válido e diferenciador do campo” (COUTINHO, 2012, p. 96).

Essa época de redefinições globais e, conseqüentemente, teóricas pode ser um excelente momento para se rediscutir uma nova inserção do anarquismo. De acordo com Sylvan (1995, p. 275), para os anarquistas, as épocas de crise devem ser aproveitadas. Exceto em situações utópicas, a substituição bem sucedida passa por confrontar o Estado. Desde 1992, a queda na popularidade do marxismo, as transformações políticas e os avanços tecnológicos levaram a uma recuperação do anarquismo, em novas bases. O que já nos leva a falar em pós-anarquismo.

Eu tendo a concordar com que o anarquismo não tem forma e é utópico, entretanto, dificilmente mais do que as doutrinas vazias do neoliberalismo, marxismo-leninismo, e outras ideologias que têm apelado aos poderosos e seus servos intelectuais através dos anos, por razões que são fáceis de se explicar (...) (CHOMSKY, 2005, p. 143)

Chomsky (2005) arremata dizendo que (...) as ideias anarquistas - desafiando a autoridade e insistindo que ela se justifique - são apropriadas em todos os níveis”. O que enseja uma reflexão sobre a contribuição que as teorias anarquistas podem trazer para o campo das Relações Internacionais.

Uma diferença fundamental entre o anarquismo filosófico-político e a ideia de anarquia aplicada nas Relações Internacionais está no fato de que, para os internacionalistas, ao aplicarem a ideia em escala global, parecem ignorar a possibilidade de auto organização dentro do sistema internacional. Embora as diversas correntes das RI pareçam concordar que não existe uma autoridade central que comande a ordem internacional, a perspectiva institucionalista neoliberal – apesar de parecer mais distante dos anarquistas em termos de orientação política, indicada uma concepção que, em um sentido amplo, assemelha-se ao ideal anarquista: as instituições que cooperam para estabelecer a ordem são as que mais se aproximam da ideia autogestionária anarquista, e que menos força dão à unidade nacional.

Ano X	Volume X	Nº 20	Janeiro/Junho 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

A concepção de anarquia para as relações internacionais é muito bem definida pela escola realista. Morgenthau, considerado um dos organizadores do pensamento dessa escola, distancia a esfera da política das outras esferas de análise do mundo e, mais especificamente, distingue a orientação da esfera da política internacional da esfera da política internacional. Para Morgenthau (2003, p. 12):

(...) o contraste e essa incompatibilidade entre a realidade da política internacional, de um lado, e os conceitos, instituições e múltiplos procedimentos destinados a tornar inteligível e controlar a primeira, de outro, foram as causas, pelo menos no nível inferior ao das grandes potências, da presente ingovernabilidade das relações internacionais, que chega às raias da anarquia.

O realismo argumenta, ainda, que essa anarquia do sistema mundial não pode ser superada, já que os Estados nunca se sentirão suficientemente seguros para ceder a sua soberania a alguma autoridade superior em forma de governo mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BULL, Hedley. *A Sociedade Anárquica*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

CARR, E.H., *Vinte anos de crise, 1919-1939*. Imprensa Oficial do Estado. Editora Universal de Brasília. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. São Paulo, 2001.

COSTA, Caio Túlio. *O que é anarquismo*. 15ª ed. Coleção Primeiros Passos, n. 5. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CHOMSKY, Noam. "The relevance of Anarcho-syndicalism" In: CHOMSKY, Noam. *Chomsky on Anarchism*. Oakland, CA: AK Press, 2005: 133-148.

DUNBAR, Gary S. *Elisée Reclus, an anarchist in geography*. En: *Geography, ideology and social concern*, ed. D. R. Stoddart, 1981.

EVANS, Graham; NEWHAM, Jeffrey. *Dictionary of International Relations*. London: Penguin Books, 1998.

FAUSTO, B. *Trabalho urbano e conflito social*. Rio de Janeiro: Ed. Difel, 1977.

FERNANDES, Florestan (Coord.) & ANDRADE, Manuel Correia de (Org.). *Elisée Reclus: Geografia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 49. São Paulo: Ática, 1985.

Ano X	Volume X	Nº 20	Janeiro/Junho 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

KROPOTKIN, P. Palavras de um revoltado; tradução: Plínio Augusto Coelho. – São Paulo: Imaginário Ed., 2005.

KROPOTKIN, P.; TRAGTENBERG, Mauricio. Kropotkin. Porto Alegre: L & PM Editores, 1987.

KROPOTKIN P. "What Geography Ought to Be." *The Nineteenth Century* .V.18, 1885. (Disponível no site: http://dwardmac.pitzer.edu/anarchist_Archives/kropotkin/whatgeobe.html).

LA ROCHE, Chris David; GUTHRIE, Jordan A. 'Anarchy is What Scholars Make of It: Anarchist Thought, IR Theory, and the 'Domestic Analogy' Reversed'. <http://www.anarchist-studies-network.org.uk/documents/Anarchism%20and%20World%20Politics/LRG.pdf>. Acesso em 03.mar.2013

LEBOW, R.N. "Classical Realism", in Dunne, T., Kurki, M. and Smith, S., *International Relations Theories: Discipline and Diversity*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

LEUENROTH, E. Anarquismo: roteiro de libertação social.. Rio de Janeiro: Ed. Mundo Livre, 1963.

_____. Os Anarquistas, Trabalhadores Italianos no Brasil. São Paulo: Global Editora, 1989.

MARTINEZ, Diego A. C. & SANTOS, Gustavo. F. dos. Anarquismo no século XIX: Proudhon e Bakunin. http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Anarquismo_no_sec_XIX.pdf (acesso em 18.mai.2012)

MEARSHEIMER, John. *The Tragedy of Great Powers Politics*. New York: W. W. Norton & Company, 2001.

MORGENTHAU, Hans. *A política entre as Nações*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Editora Universal de Brasília, 2003.

NOGUEIRA, João Ponte; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2005.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

PROUDHON, Pierre Joseph. *A Propriedade é um Roubo e Outros Escritos Anarquistas*. Porto Alegre: LP&M, 2001. Notas de Daniel Guérin.

RECLUS, Élisée. *A evolução, a revolução e o ideal anarquista*. São Paulo: Imaginário 2002.

SYLVAN, Richard. "Anarchism" In: GOODIN, Robert E. & PETIT, Philip (ed). 1995: 257-284.

Ano X	Volume X	Nº 20	Janeiro/Junho 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

www.revistaintellector.cenegri.org.br

WALTZ, Kenneth. Theory of International Politics. Illinois: Waveland Press, Inc., 1979.

WENDT, Alexander. Social Theory of International Politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

WOODCOCK, G. História das idéias e movimentos Anarquistas.. Porto Alegre: Ed. L & PM Pocket, RS, 2002.

